



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 399, DE 2025** (Do Sr. Flávio Nogueira)

URGÊNCIA – ART. 155 RICD

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
MINAS E ENERGIA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 3353/25

(*) Atualizado em 30/10/2025 em virtude de alteração do regime de tramitação.

Projeto de Lei n.º /2025
(do Sr. FLÁVIO NOGUEIRA)

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Capítulo I - Disposições Gerais

Art. 1º Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

Art. 2º A Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com as seguintes adições e alterações:

Art. 3º

XI - importar, exportar e comercializar petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis fora de especificações técnicas, com vícios de qualidade ou quantidade, incluindo o não cumprimento das adições compulsórias de biocombustíveis aos combustíveis fósseis e vícios decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor: (NR)

Multa - de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

(...)

XXI – não cumprir as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, incluindo as metas de aquisição de Créditos de Descarbonização da Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio:

Multa - de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

(...)



Art. 5º

V – suspender a autorização, diante de fundadas razões de interesse público, nos casos previstos nos incisos II, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XIII, XIV e XXI do art. 3º desta Lei, até o julgamento definitivo do processo administrativo.

(...)

Art. 8º

III – caso fique comprovado em processo administrativo que o agente econômico não realizou as adições compulsórias de biocombustíveis aos combustíveis fósseis conforme os parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

(...)

Art. 10.

IV - descumprir a pena de suspensão temporária ou **cautelar**, total ou parcial, ou a pena de cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação.

(...)

VII – atuar em desacordo com dispositivos desta lei ou regulamentação aplicável e existindo fundadas razões de interesse público. ”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei busca aprimorar os mecanismos de fiscalização e penalização das infrações no setor de combustíveis, garantindo a qualidade dos produtos comercializados e o cumprimento das metas ambientais estabelecidas pela Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio.

As alterações propostas reforçam a segurança jurídica e a previsibilidade das penalidades aplicáveis, fortalecendo a atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na fiscalização do setor. Isso inclui coibir práticas lesivas, como a adulteração de combustíveis, assegurando a proteção do consumidor final e promovendo a concorrência leal no mercado.

A implementação de mecanismos de rastreabilidade na cadeia de distribuição permitirá maior controle sobre a origem e a qualidade dos produtos, prevenindo fraudes e garantindo transparência. Com isso, o mercado de combustíveis tornar-se-á mais confiável e alinhado com os compromissos ambientais do Brasil.

Dessa forma, esta proposição se apresenta como uma medida essencial para fortalecer a regulação do setor. Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2025

Deputado Flávio Nogueira

(PARTIDO/UF)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.847, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9847-26-outubro-1999-369365-normapl.html>

PROJETO DE LEI N.º 3.353, DE 2025

(Do Sr. Pastor Sargento Isidório)

Autoriza o Poder Público a cassar o alvará de funcionamento de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados, mediante a constatação pela autoridade competente.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-399/2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

PROJETO DE LEI n.º , DE 2025.

(Do Senhor Sargento Pastor Isidório)

Autoriza o Poder Público a cassar o alvará de funcionamento de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados, mediante a constatação pela autoridade competente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Público autorizado a cassação do alvará de funcionamento de postos de combustíveis que forem flagrados comercializando combustíveis adulterados, conforme apuração e notificação formalizada pelos órgãos competentes.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se combustível adulterado aquele que:

- I – não atende às especificações definidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- II – apresentar composição alterada com substâncias não autorizadas ou em desacordo com os padrões técnicos estabelecidos;
- III – causar danos à saúde pública, ao meio ambiente ou ao patrimônio dos consumidores em decorrência de sua adulteração.

Art. 3º - A cassação do alvará se dará após processo administrativo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante a comprovação da infração por laudo técnico emitido por órgão fiscalizador competente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório – AVANTE/BA

Art. 4º - Verificada a reincidência, o estabelecimento e seus sócios poderão ser proibidos de obter novo alvará de funcionamento para atividades similares pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, em todo o território nacional.

Art. 5º - O disposto nesta Lei não prejudica a aplicação de outras sanções civis, penais ou administrativas cabíveis, inclusive indenizações por danos causados a consumidores ou ao meio ambiente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa proteger o consumidor brasileiro, a saúde pública, o meio ambiente e a ordem econômica contra a nociva prática da venda de combustíveis adulterados, infelizmente ainda comum em muitas regiões do país.

Postos que comercializam combustíveis fora das especificações legais causam graves prejuízos aos veículos, aos cidadãos e ao próprio Estado, pois além de enganar o consumidor, contribuem para a degradação ambiental e evasão de receitas.

Mais grave ainda, trata-se de conduta fraudulenta e atentatória à fé pública, cuja punição deve ser firme e exemplar. Não se trata apenas de aplicar multas, mas de retirar do mercado os maus empresários, que colocam em risco a vida das pessoas em busca de lucro fácil e ilícito.



